

Prefeitura Municipal de Canoas do Estado do Rio Grande do Sul

# CANOAS – RS

Técnico em Educação Básica

Técnico em Apoio a Educação Básica

AB014-19

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.  
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo [sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br).

## **OBRA**

Prefeitura Municipal de Canoas do Estado do Rio Grande do Sul

Técnico em Educação Básica e Técnico de Apoio a Educação Básica

Nº 89/2019

## **AUTORES**

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierigatti e João de Sá Brasil

Legislação - Profº Ricardo Razaboni

Conhecimentos Específicos - Profª Ana Luisa M. da Costa Lacida e Juliana Pereira

## **PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO**

Elaine Cristina

Erica Duarte

Leando Filho

Karina Fávaro

## **DIAGRAMAÇÃO**

Elaine Cristina

Thais Regis

Danna Silva

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos



[www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br)

[sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br)

# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Análise global do texto. Ortografia. Relações entre fonemas e grafias. ....	04
Acentuação gráfica. ....	04
Morfologia: estrutura e formação de palavras. ....	13
Classes de palavras e seu emprego. ....	57
Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo. ....	57
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. ....	57
Equivalência e transformação de estruturas. ....	57
Discurso direto e indireto. ....	114
Concordância nominal e verbal. ....	57
Regência verbal e nominal. Crase. Pontuação. ....	57
Interpretação de textos: variedade de textos e adequação de linguagem. ....	01
Estruturação do texto e dos parágrafos. ....	115
Informações literais e inferências. ....	118
Estruturação do texto: recursos de coesão. ....	115
Significação contextual de palavras e expressões. ....	01

## RACIOCÍNIO LÓGICO

Conceitos básicos de raciocínio lógico: sentenças abertas; proposições simples e compostas; conectivos (conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional); negações; número de linhas de uma tabela-verdade; valores lógicos das proposições e construção de tabelas-verdade; Equivalências lógicas; tautologia; contradição; contingência; ....	01
Operações lógicas sobre sentenças abertas; quantificadores lógicos e suas negações; Lógica de argumentação; ....	01
Operações entre números reais (adição, subtração, multiplicação e divisão). ....	24
Teoria dos conjuntos: operações entre conjuntos e Diagrama de Venn. ....	45
Regra de três simples (direta e inversa) e composta. ....	48
Porcentagem. ....	53
Sistema monetário brasileiro. ....	56
Sistema de medidas: comprimento, capacidade, superfície, massa e tempo (unidades e transformações de unidades). ....	59
Equações e sistema de equações do primeiro grau. ....	63
Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Taxas proporcionais e equivalentes. ....	69
Estatística: Interpretação de dados (gráficos e tabelas); cálculo de medidas de tendência central: média, mediana e moda. ....	86
Análise Combinatória e Probabilidade. ....	105
Aplicação dos conteúdos acima listados em resolução de problemas. ....	111

## LEGISLAÇÃO

Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Dos Direitos Sociais; Da Nacionalidade; ....	01
Dos Direitos Políticos; Dos Partidos Políticos; ....	02
Dos Municípios. ....	03
Da Administração Pública. ....	05
Estatuto da Criança e do Adolescente. ....	07
Lei Maria da Penha. ....	13
Lei de Acesso à informação. ....	14
Lei Orgânica do Município de Canoas. ....	21
Estatuto dos Servidores Públicos de Canoas. ....	21

# SUMÁRIO

Plano de Carreira do Profissional da Educação Básica da Administração Pública de Canoas.....	21
Plano Municipal de Educação do Município de Canoas.....	22
Base Nacional Comum Curricular.....	25
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	35
Plano Nacional de Educação.....	36

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM EDUCAÇÃO BÁSICA/TÉCNICO DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA

Desenvolvimento da criança.....	01
Aprendizagem na infância.....	01
Jogos e brincadeiras.....	07
Organização da rotina, dos tempos e espaços na escola.....	09
Acolhimento e adaptação da criança na escola.....	10
Saúde, higiene e alimentação na escola.....	10
Relação entre escola, família e comunidade.....	15
Relação entre alunos, professores e escola.....	15
Cuidado e zelo.....	15
O cuidar e o educar na escola.....	15
Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros.....	19
Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.....	25
O lúdico nas atividades de aprendizagem.....	38
O papel do professor e do aluno no processo de ensino e aprendizagem.....	31
Documentação pedagógica: observação, registros e avaliação.....	33

# ÍNDICE

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, Interpretação e Análise de Textos: Leitura, interpretação e análise dos significados presentes num texto e relacionamento destes com o universo em que foi produzido .....	01
Fonética: Fonemas, sílaba, tonicidade, ortoépia, prosódia, ortografia, acentuação gráfica, notações léxicas, abreviaturas, siglas e símbolos. ....	04
Morfologia: Estrutura das palavras, formação das palavras, sufixos, prefixos, radicais gregos e latinos, origens das palavras da Língua Portuguesa. Classificação e flexão das palavras (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, conectivos e formas variantes).....	13
Semântica: Significação das palavras.....	57
Sintaxe: Análise sintática, termos essenciais da oração, termos integrantes da oração, termos acessórios da oração, período composto, orações coordenadas, orações principais e subordinadas, orações subordinadas substantivas, orações subordinadas adjetivas, orações subordinadas adverbiais, orações reduzidas, estudo complementar do período composto, sinais de pontuação, sintaxe de concordância, sintaxe de regência (verbal e nominal), sintaxe de colocação, emprego de algumas classes de palavras, emprego dos modos e dos tempos, emprego do infinitivo, emprego do verbo haver. ....	60
Teoria da Linguagem: História da Língua Portuguesa; linguagem, língua, discurso e estilo; níveis de linguagem e funções da linguagem.....	88
Estilística: Figuras de linguagem, língua e arte literária.....	102
h. Alterações introduzidas na ortografia da língua portuguesa pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, por Portugal, Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e, posteriormente, por Timor Leste, aprovado no Brasil pelo Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008 e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012.....	107
Literatura Brasileira: literatura e a história da literatura; os gêneros literários; a linguagem poética; elementos da Narrativa; Trovadorismo; Humanismo; Classicismo; Quinhentismo: Barroco; Arcadismo; Romantismo prosa e poesia; Realismo/ Naturalismo; Parnasianismo; Simbolismo; Pré- Modernismo; movimentos de Vanguarda Européia no Brasil; Modernismo Brasileiro prosa e poesia (1ª, 2ª e 3ª gerações); e tendências da Literatura Contemporânea.....	107
Discurso direto e indireto.....	114
Estruturação do texto e dos parágrafos. ....	115
Informações literais e inferências.....	118
Estruturação do texto: recursos de coesão .....	118

## LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS: LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS PRESENTES NUM TEXTO E RELACIONAMENTO DESTES COM O UNIVERSO EM QUE FOI PRODUZIDO

### INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

**Texto** – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

**Contexto** – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

**Intertexto** - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

**Interpretação de texto** - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias (ou fundamentações), as argumentações (ou explicações), que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, em uma prova, o candidato deve:

- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- **Comentar/relacionar** o conteúdo apresentado com uma realidade.
- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.
- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

#### 1. Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários: conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática; conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico; capacidade de observação e de síntese; capacidade de raciocínio.

#### 2. Interpretar/Compreender

**Interpretar** significa:

*Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir. Através do texto, infere-se que...*

*É possível deduzir que...*

*O autor permite concluir que...*

*Qual é a intenção do autor ao afirmar que...*

**Compreender** significa

*Entendimento, atenção ao que realmente está escrito.*

*O texto diz que...*

*É sugerido pelo autor que...*

*De acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...*

*O narrador afirma...*

### 3. Erros de interpretação

- **Extrapolação** ("viagem") = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.
- **Redução** = é o oposto da extrapolção. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.
- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

#### Observação:

Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas em uma prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

**Coesão** - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

*que* (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

*qual* (neutro) idem ao anterior.

*quem* (pessoa)

*cujo* (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

*como* (modo)

*onde* (lugar)

*quando* (tempo)

*quanto* (montante)

**Exemplo:**

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

**3. Dicas para melhorar a interpretação de textos**

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.
- Leia o texto, pelo menos, duas vezes – ou quantas forem necessárias.
- Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).
- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**
- **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**
- Fragmento o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.
- **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**
- O autor defende ideias e você deve percebê-las.
- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.
- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.
- **Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta** – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!
- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.
- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

**SITES**

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>

**EXERCÍCIOS COMENTADOS****1. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)****Texto CG1A1AAA**

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desigual-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

- a) de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- b) de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- c) de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- d) à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- e) a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

**Resposta: Letra E.** O ser humano tem direito a uma vida digna, adequada, para que consiga gozar de seus direitos – saúde, educação, segurança – e exercer seus deveres plenamente, como prescrevem todos os direitos: (...) O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam (...).

**2. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)****Texto CG1A1BBB**

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juízes

emana do povo e em seu nome é exercido. A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

Conforme as ideias do texto CG1A1BBB,

- o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular.
- os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes.
- os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais.
- há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático.
- os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal.

**Resposta: Letra A.** A questão deve ser respondida seguindo o texto: (...) *"Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."* Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juízes emana do povo e em seu nome é exercido (...).

**3. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – SUPERIOR – CESPE – 2017 – ADAPTADA)** No texto CG1A1BBB, o vocábulo 'emana' foi empregado com o sentido de

- trata.
- provém.
- manifesta.
- pertence.
- cabe.

**Resposta: Letra B.** Dentro do contexto, "emana" tem o sentido de "provém".

## TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL

A todo o momento nos deparamos com vários textos, sejam eles verbais ou não verbais. Em todos há a presença do discurso, isto é, a ideia intrínseca, a essência daquilo que está sendo transmitido entre os interlocutores. Estes interlocutores são as peças principais em um diálogo ou em um texto escrito.

É de fundamental importância sabermos classificar os textos com os quais travamos convivência no nosso dia a dia. Para isso, precisamos saber que existem tipos textuais e gêneros textuais.

Comumente relatamos sobre um acontecimento, um fato presenciado ou ocorrido conosco, expomos nossa

opinião sobre determinado assunto, descrevemos algum lugar que visitamos, fazemos um retrato verbal sobre alguém que acabamos de conhecer ou ver. É exatamente nessas situações corriqueiras que classificamos os nossos textos naquela tradicional **tipologia: Narração, Descrição e Dissertação**.

### 1. As tipologias textuais se caracterizam pelos aspectos de ordem linguística

Os tipos textuais designam uma sequência definida pela natureza linguística de sua composição. São observados aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Os tipos textuais são o *narrativo, descritivo, argumentativo/dissertativo, injuntivo e expositivo*.

**A) Textos narrativos** – constituem-se de verbos de ação demarcados no tempo do universo narrado, como também de advérbios, como é o caso de *antes, agora, depois*, entre outros: *Ela entrava em seu carro quando ele apareceu. Depois de muita conversa, resolveram...*

**B) Textos descritivos** – como o próprio nome indica, descrevem características tanto físicas quanto psicológicas acerca de um determinado indivíduo ou objeto. Os tempos verbais aparecem demarcados no presente ou no pretérito imperfeito: *"Tinha os cabelos mais negros como a asa da graúna..."*

**C) Textos expositivos** – Têm por finalidade explicar um assunto ou uma determinada situação que se almeje desenvolvê-la, enfatizando acerca das razões de ela acontecer, como em: *O cadastramento irá se prorrogar até o dia 02 de dezembro, portanto, não se esqueça de fazê-lo, sob pena de perder o benefício.*

**D) Textos injuntivos (instrucional)** – Trata-se de uma modalidade na qual as ações são prescritas de forma sequencial, utilizando-se de verbos expressos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente: *Misture todos os ingrediente e bata no liquidificador até criar uma massa homogênea.*

**E) Textos argumentativos (dissertativo)** – Demarcam-se pelo predomínio de operadores argumentativos, revelados por uma carga ideológica constituída de argumentos e contra-argumentos que justificam a posição assumida acerca de um determinado assunto: *A mulher do mundo contemporâneo luta cada vez mais para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, o que significa que os gêneros estão em complementação, não em disputa.*

### 2. Gêneros Textuais

São os textos materializados que encontramos em nosso cotidiano; tais textos apresentam características sócio-comunicativas definidas por seu estilo, função, composição, conteúdo e canal. Como exemplos, temos: *receita culinária, e-mail, reportagem, monografia, poema, editorial, piada, debate, agenda, inquérito policial, fórum, blog, etc.*



A escolha de um determinado gênero discursivo depende, em grande parte, da situação de produção, ou seja, a finalidade do texto a ser produzido, quem são os locutores e os interlocutores, o meio disponível para veicular o texto, etc.

Os gêneros discursivos geralmente estão ligados a esferas de circulação. Assim, na *esfera jornalística*, por exemplo, são comuns gêneros como *notícias, reportagens, editoriais, entrevistas* e outros; na *esfera de divulgação científica* são comuns gêneros como *verbete de dicionário* ou *de enciclopédia, artigo* ou *ensaio científico, seminário, conferência*.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Português linguagens: volume 1** / Wiliam Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7.<sup>a</sup> ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

**Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática – volume único** / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza. – 3.<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

### SITE

<http://www.brasilecola.com/redacao/tipologia-textual.htm>

**Observação:** Não foram encontradas questões abrangendo tal conteúdo.

## FONÉTICA: FONEMAS, SÍLABA, TONICIDADE, ORTOÉPIA, PROSÓDIA, ORTOGRAFIA, ACENTUAÇÃO GRÁFICA, NOTAÇÕES LÉXICAS, ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS.

### LETRA E FONEMA

A palavra *fonologia* é formada pelos elementos gregos *fono* (“som, voz”) e *log, logia* (“estudo”, “conhecimento”). Significa literalmente “estudo dos sons” ou “estudo dos sons da voz”. Fonologia é a parte da gramática que estuda os sons da língua quanto à sua função no sistema de comunicação linguística, quanto à sua organização e classificação. Cuida, também, de aspectos relacionados à divisão silábica, à ortografia, à acentuação, bem como da forma correta de pronunciar certas palavras. Lembrando que, cada indivíduo tem uma maneira própria de realizar estes sons no ato da fala. Particularidades na pronúncia de cada falante são estudadas pela Fonética.

Na língua falada, as palavras se constituem de **fonemas**; na língua escrita, as palavras são reproduzidas por meio de símbolos gráficos, chamados de **letras** ou **grafemas**. Dá-se o nome de fonema ao menor elemento sonoro capaz de estabelecer uma distinção de significado entre as palavras. Observe, nos exemplos a seguir, os fonemas que marcam a distinção entre os pares de palavras:

*amor – ator / morro – corro / vento – cento*

Cada segmento sonoro se refere a um dado da língua portuguesa que está em sua memória: a imagem acústica que você - como falante de português - guarda de cada um deles. É essa imagem acústica que constitui o fonema. Este forma os significantes dos signos linguísticos. Geralmente, aparece representado entre barras: /m/, /b/, /a/, /v/, etc.

O fonema não deve ser confundido com a letra. Esta **é a representação gráfica do fonema**. Na palavra *sapo*, por exemplo, a letra “s” representa o fonema /s/ (lê-se sê); já na palavra *brasa*, a letra “s” representa o fonema /z/ (lê-se zê).

Às vezes, o mesmo fonema pode ser representado por mais de uma letra do alfabeto. É o caso do fonema /z/, que pode ser representado pelas letras z, s, x: *zebra, casamento, exílio*.

Em alguns casos, a mesma letra pode representar mais de um fonema. A letra “x”, por exemplo, pode representar:

- A) o fonema /sê/: *texto*
- B) o fonema /zê/: *exibir*
- C) o fonema /che/: *exame*
- D) o grupo de sons /ks/: *táxi*

O número de letras nem sempre coincide com o número de fonemas.

*Tóxico* = fonemas: /t/ó/k/s/i/c/o/          letras:        t ó x i c o  
                          1 2 3 4 5 6 7                                    1 2 3 4 5 6

*Galho* = fonemas: /g/a/lh/o/        letras:        g a l h o  
                          1 2 3 4                                    1 2 3 4 5

# ÍNDICE

## RACIOCÍNIO LÓGICO

Conceitos básicos de raciocínio lógico: sentenças abertas; proposições simples e compostas; conectivos (conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional); negações; número de linhas de uma tabela-verdade; valores lógicos das proposições e construção de tabelas-verdade; Equivalências lógicas; tautologia; contradição; contingência;.....	01
Operações lógicas sobre sentenças abertas; quantificadores lógicos e suas negações; Lógica de argumentação;.....	01
Operações entre números reais (adição, subtração, multiplicação e divisão).....	24
Teoria dos conjuntos: operações entre conjuntos e Diagrama de Venn. ....	45
Regra de três simples (direta e inversa) e composta.....	48
Porcentagem. ....	53
Sistema monetário brasileiro. ....	56
Sistema de medidas: comprimento, capacidade, superfície, massa e tempo (unidades e transformações de unidades).....	59
Equações e sistema de equações do primeiro grau. ....	63
Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Taxas proporcionais e equivalentes. ....	69
Estatística: Interpretação de dados (gráficos e tabelas); cálculo de medidas de tendência central: média, mediana e moda.....	86
Análise Combinatória e Probabilidade.....	105
Aplicação dos conteúdos acima listados em resolução de problemas.....	111

**CONCEITOS BÁSICOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO: SENTENÇAS ABERTAS; PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS; CONECTIVOS (CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, DISJUNÇÃO EXCLUSIVA, CONDICIONAL E BICONDICIONAL); NEGAÇÕES; NÚMERO DE LINHAS DE UMA TABELA-VERDADE; VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES E CONSTRUÇÃO DE TABELAS-VERDADE; EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS; TAUTOLOGIA; CONTRADIÇÃO; CONTINGÊNCIA; OPERAÇÕES LÓGICAS SOBRE SENTENÇAS ABERTAS; QUANTIFICADORES LÓGICOS E SUAS NEGAÇÕES; LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO;**

Definição: Todo o conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Nossa professora, bela definição!

Não entendi nada!

Vamos pensar que para ser proposição a frase tem que fazer sentido, mas não só sentido no nosso dia a dia, mas também no sentido lógico.

Para uma melhor definição dentro da lógica, para ser proposição, temos que conseguir julgar se a frase é verdadeira ou falsa.

Exemplos:

(A) A Terra é azul.

Conseguimos falar se é verdadeiro ou falso? Então é uma proposição.

(B)  $\sqrt{2} > 2$

Como  $\sqrt{2} \approx 1,41$ , então a proposição tem valor lógico falso.

Todas elas exprimem um fato.

Agora, vamos pensar em uma outra frase:

O dobro de 1 é 2?

Sim, correto?

Correto. Mas é uma proposição?

Não! Porque sentenças interrogativas, não podemos declarar se é falso ou verdadeiro.

Bruno, vá estudar.

É uma declaração imperativa, e da mesma forma, não conseguimos definir se é verdadeiro ou falso, portanto, não é proposição.

Passei!

Ahh isso é muito bom, mas infelizmente, não podemos de qualquer forma definir se é verdadeiro ou falso, porque é uma sentença exclamativa.

Vamos ver alguns princípios da lógica:

I. Princípio da não Contradição: uma proposição não pode ser verdadeira "e" falsa ao mesmo tempo.

II. Princípio do Terceiro Excluído: toda proposição "ou" é verdadeira "ou" é falsa, isto é, verifica-se sempre um desses casos e nunca um terceiro caso.

## 1. Valor Lógico das Proposições

Definição: Chama-se valor lógico de uma proposição a verdade, se a proposição é verdadeira (V), e a falsidade, se a proposição é falsa (F).

Exemplo

p: Thiago é nutricionista.

$V(p)=V$  essa é a simbologia para indicar que o valor lógico de p é verdadeira, ou

$V(p)=F$

Basicamente, ao invés de falarmos, é verdadeiro ou falso, devemos falar tem o valor lógico verdadeiro, tem valor lógico falso.

## 2. Classificação

Proposição simples: não contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. São geralmente designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r,s... E depois da letra colocamos ":",

Exemplo:

p: Marcelo é engenheiro.  
q: Ricardo é estudante.

Proposição composta: combinação de duas ou mais proposições. Geralmente designadas pelas letras maiúsculas P, Q, R, S,...

Exemplo:

P: Marcelo é engenheiro e Ricardo é estudante.  
Q: Marcelo é engenheiro ou Ricardo é estudante.

Se quisermos indicar quais proposições simples fazem parte da proposição composta:

$P(p,q)$

Se pensarmos em gramática, teremos uma proposição composta quando tiver mais de um verbo e proposição simples, quando tiver apenas 1. Mas, lembrando que para ser proposição, temos que conseguir definir o valor lógico.

## 3. Conectivos

Agora que vamos entrar no assunto mais interessante e o que liga as proposições.

Antes, estávamos vendo mais a teoria, a partir dos conectivos vem a parte prática.

### 3.1. Definição

Palavras que se usam para formar novas proposições, a partir de outras.

Vamos pensar assim: conectivos? Conectam alguma coisa?

Sim, vão conectar as proposições, mas cada conectivo terá um nome, vamos ver?

#### -Negação

{ **extensa:** não, é falso que, não é verdade que, é mentira que  
**símbolo:**  $\sim$ ,  $\neg$

Exemplo

p: Livia é estudante.  
 $\sim p$ : Livia não é estudante.  
q: Pedro é loiro.  
 $\neg q$ : É falso que Pedro é loiro.  
r: Érica lê muitos livros.  
 $\sim r$ : Não é verdade que Érica lê muitos livros.  
s: Cecília é dentista.  
 $\neg s$ : É mentira que Cecília é dentista.

## -Conjunção

{ **extensa:** "e", "nem", "mas também", "como também", "além de (disso, disto, daquilo)", "quanto" (depois de tanto), "bem como", "mas", "porém", "todavia", "entretanto", "no entanto", "senão", "não obstante", "contudo" etc.  
**Símbolo:**  $\wedge$

Nossa, são muitas formas de se escrever com a conjunção.

Não precisa decorar todos, alguns são mais usuais: "e", "mas", "porém".

Exemplos

p: Vinicius é professor.  
q: Camila é médica.

$p \wedge q$ : Vinicius é professor e Camila é médica.

$p \wedge q$ : Vinicius é professor, mas Camila é médica.

$p \wedge q$ : Vinicius é professor, porém Camila é médica.

#### - Disjunção

{ **extensa:** .. ou...  
**símbolo:**  $\vee$

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar.

$p \vee q$ : Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

#### - Disjunção Exclusiva

Extensa: Ou...ou...

Símbolo:  $\underline{\vee}$

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar

$p \underline{\vee} q$ : Ou Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

#### -Condicional

Extensão: Se..., então..., É necessário que, Condição necessária

Símbolo:  $\rightarrow$

Exemplos

$p \rightarrow q$ : Se chove, então faz frio.

$p \rightarrow q$ : É suficiente que chova para que faça frio.

$p \rightarrow q$ : Chover é condição suficiente para fazer frio.

$p \rightarrow q$ : É necessário que faça frio para que chova.

$p \rightarrow q$ : Fazer frio é condição necessária para chover.

#### -Bicondicional

Extensão: se, e somente se, ...

Símbolo:  $\leftrightarrow$

p: Lucas vai ao cinema.

q: Danilo vai ao cinema.

$p \leftrightarrow q$ : Lucas vai ao cinema se, e somente se, Danilo vai ao cinema.

#### Referências

ALENCAR FILHO, Edgar de – Iniciação a lógica matemática – São Paulo: Nobel – 2002.

## Tabela-verdade

Com a tabela-verdade, conseguimos definir o valor lógico de proposições compostas facilmente, analisando cada coluna.

Se tivermos uma proposição  $p$ , ela pode ter  $V(p)=V$  ou  $V(p)=F$ .

$p$
V
F

Quando temos duas proposições, não basta colocar só VF, será mais que duas linhas.

$p$	$q$
V	V
V	F
F	V
F	F

Observe, a primeira proposição ficou VVFF

E a segunda intercalou VFVF

Vamos raciocinar, com uma proposição temos 2 possibilidades, com 2 proposições temos 4, tem que haver um padrão para se tornar mais fácil!

As possibilidades serão  $2^n$ ,

Onde:

$n$ =número de proposições

$p$	$q$	$r$
V	V	V
V	F	V
V	V	F
V	F	F
F	V	V
F	F	V
F	V	F
F	F	F

A primeira proposição, será metade verdadeira e metade falsa.

A segunda, vamos sempre intercalar VFVFVF.

E a terceira VVFFVVFF.

Agora, vamos ver a tabela verdade de cada um dos operadores lógicos?

### -Negação

$p$	$\sim p$
V	F
F	V

Se estamos negando uma coisa, ela terá valor lógico oposto, faz sentido, não?

### - Conjunção

Eu comprei bala e chocolate, só vou me contentar se eu tiver as duas coisas, certo?

Se eu tiver só bala não ficarei feliz, e nem se tiver só chocolate.

E muito menos se eu não tiver nenhum dos dois.

$p$	$q$	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

### -Disjunção

Vamos pensar na mesma frase anterior, mas com o conectivo "ou".

Eu comprei bala ou chocolate.

Eu comprei bala e também comprei a chocolate, está certo pois poderia ser um dos dois ou os dois.

Se eu comprei só bala, ainda estou certa, da mesma forma se eu comprei apenas chocolate.

Agora se eu não comprar nenhum dos dois, não dará certo.

$p$	$q$	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

### -Disjunção Exclusiva

Na disjunção exclusiva é diferente, pois OU comprei chocolate OU comprei bala.

Ou seja, um ou outro, não posso ter os dois ao mesmo tempo.

$p$	$q$	$p \veebar q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

### -Condicional

Se chove, então faz frio.

Se choveu e fez frio.

Estamos dentro da possibilidade.(V)

Choveu e não fez frio.

Não está dentro do que disse. (F)

Não choveu e fez frio.

Ahh tudo bem, porque pode fazer frio se não chover, certo?(V)

Não choveu, e não fez frio.

Ora, se não choveu, não precisa fazer frio. (V)

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

**-Bicondicional**

Ficarei em casa, se e somente se, chover.

Estou em casa e está chovendo.

A ideia era exatamente essa. (V)

Estou em casa, mas não está chovendo.

Você não fez certo, era só pra ficar em casa se chovesse. (F)

Eu sai e está chovendo.

Aiaiai não era pra sair se está chovendo (F)

Não estou em casa e não está chovendo.

Sem chuva, você pode sair, ta?(V)

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

 **EXERCÍCIOS COMENTADOS**

**1.(EBSERH – ÁREA MÉDICA – CESPE – 2018)** A respeito de lógica proposicional, julgue o item que se segue. Se P, Q e R forem proposições simples e se  $\sim R$  indicar a negação da proposição R, então, independentemente dos valores lógicos V = verdadeiro ou F = falso de P, Q e R, a proposição  $P \rightarrow Q \vee (\sim R)$  será sempre V.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**Resposta: Errado** Se P for verdadeiro, Q falso e R falso, a proposição é falsa.

**2. (TRT 7ª REGIÃO – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2017)**

**Texto CB1A5AAA – Proposição P**

A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento; o juiz julgou, pois, procedente a ação movida pelo ex-empregado.

A quantidade mínima de linhas necessárias na tabela-verdade para representar todas as combinações possíveis para os valores lógicos das proposições simples que compõem a proposição P do texto CB1A5AAA é igual a

- a) 32.
- b) 4.
- c) 8.
- d) 16.

**Resposta: Letra C.** P: A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias.

Q: apresentou os comprovantes de pagamento.

R: o juiz julgou, pois, procedente a ação movida pelo ex-empregado.

Número de linhas:  $2^3=8$

**3.(SERES-PE – AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA – CESPE – 2017)**

A partir das proposições simples P: "Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço", Q: "As lojas do centro comercial Bom Preço estavam realizando liquidação" e R: "Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço" é possível formar a proposição composta S: "Se Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço e se as lojas desse centro estavam realizando liquidação, então Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço ou Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço". Considerando todas as possibilidades de as proposições P, Q e R serem verdadeiras (V) ou falsas (F), é possível construir a tabela-verdade da proposição S, que está iniciada na tabela mostrada a seguir.

P	Q	R		S
V	V	V		
V	V	F		
V	F	V		
V	F	F		
F	V	V		
F	V	F		
F	F	V		
F	F	F		

Completando a tabela, se necessário, assinale a opção que mostra, na ordem em que aparecem, os valores lógicos na coluna correspondente à proposição S, de cima para baixo.

- a) V/V/F/F/F/F/F/F.
- b) V/V/F/V/V/F/F/V.
- c) V/V/F/V/F/F/F/V.
- d) V/V/V/V/V/V/V/V.
- e) V/V/V/F/V/V/V/F.

**Resposta: Letra D**

A proposição S é composta por:  $(p \wedge q) \rightarrow (r \vee p)$

P	Q	R	$p \wedge q$	$r \vee p$	$S(p \wedge q) \rightarrow (r \vee p)$
V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V
V	F	V	F	V	V
V	F	F	F	V	V
F	V	V	F	V	V
F	V	F	F	F	V
F	F	V	F	V	V
F	F	F	F	F	V

# ÍNDICE

## LEGISLAÇÃO

Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Dos Direitos Sociais; Da Nacionalidade;.....	01
Dos Direitos Políticos; Dos Partidos Políticos;.....	02
Dos Municípios. ....	03
Da Administração Pública.....	05
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	07
Lei Maria da Penha. ....	13
Lei de Acesso à informação. ....	14
Lei Orgânica do Município de Canoas.....	21
Estatuto dos Servidores Públicos de Canoas. ....	21
Plano de Carreira do Profissional da Educação Básica da Administração Pública de Canoas.....	21
Plano Municipal de Educação do Município de Canoas. ....	22
Base Nacional Comum Curricular. ....	25
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	35
Plano Nacional de Educação. ....	36

## DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; DOS DIREITOS SOCIAIS; DA NACIONALIDADE.

### Direitos e garantias fundamentais; Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade.

Os direitos fundamentais são os **direitos humanos** positivados na Constituição Federal de 1988, os quais devem ser garantidos e protegidos pelo Estado.

No tocante as garantias fundamentais, elas são uma forma ou, até mesmo um instrumento, para **garantir a efetivação dos direitos**. A Carta Magna ampliou a proteção aos direitos fundamentais e por isso ficou conhecida como Constituição cidadã.

Os direitos e garantias fundamentais possuem aplicabilidade imediata, isto é, a existência deles é suficientemente para produzirem os devidos efeitos. Eles estão tutelados no Título II da Constituição Federal, nos art. 5º ao 17. Ainda assim, destaca-se que os direitos citados nesses artigos não proíbem a existência de outros.

O art. 5º é um dos artigos mais importantes do texto Constitucional, o qual protege a igualdade entre todos, tutelando os direitos coletivos e os direitos individuais nos seus 78 incisos. Vejamos alguns:

1. homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
2. ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
3. ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
4. é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
5. é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
6. é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
7. é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
8. ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
9. é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
10. são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a

indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

11. é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

12. todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

13. não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

14. a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

15. a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

16. a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

17. não haverá penas:

de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

- de caráter perpétuo;

- de trabalhos forçados;

- de banimento;

- cruéis;

18. são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

19. ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

20. o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

21. será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

22. a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem, DENTRE OUTROS.

23. Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; tortura e racismo constituem crimes inafiançáveis.

### Dos Direitos Sociais

Conforme tutela a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 6º ao 11º, os direitos sociais são todos os **direitos fundamentais/ básicos que devem ser compartilhados por todos da sociedade**, sem distinção de gênero, etnia, sexo, classe econômica, religião, e etc.

A finalidade e objetivo do direito social é buscar sempre resolver as questões sociais. Isto é, todas as situações que representam as desigualdades da sociedade, para que todas as pessoas tenham e vivam com o **mínimo de qualidade de vida e dignidade**.





### #FicaDica

Os direitos sociais são tutelados e protegidos pela **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948), sendo que, apenas neste momento histórico (pós 2ª guerra mundial) que o mundo começou a trabalhar com esses direitos.

O art. 6º da CF prevê que o direito a saúde, educação, alimentação, trabalho, lazer, segurança, assistência, previdência, proteção a maternidade e a infância, dentre outros, são direitos essenciais e básicos que todos devem ter.

O art. 7º da CF prevê os direitos dos trabalhadores, seja eles rurais ou urbanos, todos possuem direitos como: seguro desemprego, FGTS, adicional noturno, férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, licença maternidade e paternidade, aposentadoria, aviso prévio, dentre outros.

Já o art. 8º da CF, tutela sobre os direitos e deveres dos sindicatos, e o art. 9º protege o direito de greve dos trabalhadores.

Por fim, o 10º e 11º tratam de direitos relacionados à participação do trabalhador em seus interesses.

### IMPORTANTE

Tanto os trabalhadores urbanos como os rurais tem o direito a seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, fundo de garantia do tempo de serviço, salário mínimo, fixado em lei, garantia de salário, décimo terceiro salário, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, salário-família para os seus dependentes, gozo de férias anuais, licença à gestante, aposentadoria, proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência, proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos, dentre outros.

Quanto ao sindicalismo, ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei e etc.

Ainda assim, importante informar que o Direito Coletivo compõe-se de direitos transindividuais de pessoas que se conectam por uma relação jurídica, tendo base de si mesmo ou com outro indivíduo, podendo as pessoas ser determinadas ou determináveis.

Isto é, os Direitos Coletivos abrange todo o grupo da categoria que possuem uma relação jurídica já pré-existente ao dano ou a lesão, pois, esse direito irá tutelar esse grupo que já subsiste ao prejuízo e não os que não se enquadram na relação.

No tocante ao Direito Individual, estes são os interesses que têm a mesma origem e também a mesma causa. Eles acontecem de acordo com uma mesma situação que se aplica a cada um individualmente, e, ainda que contenham características "individuais", no fim possuem origem comum.

### Da Nacionalidade

Os brasileiros natos são:

- os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira;

Os naturalizados são:

- os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de trinta anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.



### FIQUE ATENTO!

Os portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidente da Câmara dos Deputados, de Presidente do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas, são cargos que apenas os brasileiros NATO podem exercer.

O brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional ou adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária, perderá a nacionalidade de brasileiro.

## DOS DIREITOS POLÍTICOS; DOS PARTIDOS POLÍTICOS

### Dos Direitos Políticos

O voto será direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito, referendo, iniciativa popular.

O voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Para ter elegibilidade a pessoa deve ter a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária, a idade mínima de:

- trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- dezoito anos para Vereador.



### FIQUE ATENTO!

São inelegíveis os inavistáveis e os analfabetos, e também, são inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- incapacidade civil absoluta;
- condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

### Dos Partidos Políticos

É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

- caráter nacional;
- proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
- prestação de contas à Justiça Eleitoral;
- funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.



## EXERCÍCIO COMENTADO

**1- (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018)** François nasceu no território brasileiro durante o período em que seus pais, nacionais franceses, aqui estavam por se encontrarem em gozo de licença na fábrica de bijuterias em que trabalhavam na França.

À luz da sistemática constitucional, François:

- é brasileiro nato, desde que seus pais tenham requerido;
- é brasileiro nato, desde que o requeira aos dezoito anos;
- é brasileiro nato, independente de requerimento;
- é apenas nacional francês, não brasileiro;
- pode naturalizar-se brasileiro.

### Resposta: Letra C

Em "a", Não há necessidade de requerimento, sendo que os pais não estavam a serviço do país.

Em "b", Ele é brasileiro nato independente de requerimento, pois os pais estavam a passeio no Brasil.

Em "c", De acordo com o Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

Em "d", Ele é brasileiro nato, pois nasceu no Brasil.

Em "e", não há necessidade de ser naturalizado, pois de acordo com o art. 12 da CF, o mesmo é brasileiro nato.

## DOS MUNICÍPIOS

### 2- Organização político administrativa

Conforme o art. 18 da CF, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo que todos possuem sua autonomia, tendo Brasília como Capital Federal.

Dalmo Dallari define o estado como uma ordem jurídica soberana que tem por finalidade o bem do povo situado em um determinado território. Isto é, dentro desta frase o Dalmo trouxe os principais elementos que compõe o Estado, que são: soberania, finalidade, povo e território.

A estrutura e organização do Estado podem ser analisados sob três aspectos, conforme Pedro Lenza, p. 499:

- 1) Forma de governo: República ou Monarquia;
- 2) Sistema de Governo: Presidencialismo ou Parlamentarismo;
- 3) Forma de Estado: Estado unitário ou Federação.

Em 1889, surgiu a Federação do Brasil, juntamente com a forma de governo (republicana). A forma de governo republicana seria realizar através do regime representativo em 1891.

Desta forma, o Brasil consagrou o seguinte:

- 1) Forma de Estado: Federação.
- 2) Entes componentes do Estado brasileiro: União, Estado, Distrito Federal e Municípios.
- 3) Características do Estado brasileiro: Estado Democrático de Direito.
- 4) Sistema de Governo: Presidencialista.
- 5) Forma de Governo: Republicana.

O idioma oficial do país é a língua portuguesa e os símbolos da República Federativa do Brasil são: bandeira, hino, armas e o selo nacional, sendo que o Distrito Federal, Estados e os Municípios poderão ter seus próprios símbolos, conforme o art. 13 §1º e §2º da CF.

Conforme tutela o art. 19 da CF, existe vedações constitucional para que os Estados, Distrito Federal, Municípios e a União não possam:

- estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

- recusar fé aos documentos públicos;
- criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

### **União Federal**

A República Federativa do Brasil é composta pela União, Estados Membros, Distrito Federal e os Municípios.

A União possui bens próprios os quais estão descritos no art. 20 da CF, como por exemplo: mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos, as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II, os potenciais de energia hidráulica, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, dentre outros.



### **FIQUE ATENTO!**

É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

No tocante a área de atuação da União, a mesma possui competência não legislativa, ou seja, ela atua no campo político-administrativo, como por exemplo:

- manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
- declarar a guerra e celebrar a paz;
- assegurar a defesa nacional;
- permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
- emitir moeda;
- elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações,

nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

- organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios, DENTRE OUTROS.

Os itens elencados acima, são de competência exclusiva da União. Já os itens do art. 23 da CF, são de competência cumulativa (comuns) entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como por exemplo: zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público, cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas e etc.



### **#FicaDica**

Conforme o art.24 da CF, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; orçamento; juntas comerciais; custas dos serviços forenses; produção e consumo; Florestas, proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico e etc; educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação, dentre outros.

### **Estados – Membros**

Os Estados membros são a materialização da descentralização do poder político. Esses Estados são autônomos e devido a isso, possuem a capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação.

Por se tratarem de Estados autônomos, a Constituição Federal delegou a competência da estruturação de seus poderes para eles mesmos, sem que haja qualquer interferência federal ou subordinação ao poder central: o legislativo (art. 27 da CF), executivo (art. 28 da CF) e o judiciário (art. 125 da CF). (MASSON, 2016, p. 552).

Em especial ao poder legislativo, em âmbito estadual, podemos dizer que ele é unicameral (conforme art. 27da CF), sendo o poder representado pela Assembleia Legislativa. O sistema eleitoral para a casa é o sistema proporcional, isto é, os deputados são eleitos para um mandato de 4 anos, sendo que o número de Deputados estaduais corresponderá ao triplo da representação do Estado da Câmara dos Deputados, e atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de 12. (MASSON, 2016, p. 552).

# ÍNDICE

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### TÉCNICO EM EDUCAÇÃO BÁSICA/TÉCNICO DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA

Desenvolvimento da criança.....	01
Aprendizagem na infância.....	01
Jogos e brincadeiras.....	07
Organização da rotina, dos tempos e espaços na escola.....	09
Acolhimento e adaptação da criança na escola.....	10
Saúde, higiene e alimentação na escola.....	10
Relação entre escola, família e comunidade.....	15
Relação entre alunos, professores e escola.....	15
Cuidado e zelo.....	15
O cuidar e o educar na escola.....	15
Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros.....	19
Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.....	25
O lúdico nas atividades de aprendizagem.....	38
O papel do professor e do aluno no processo de ensino e aprendizagem.....	31
Documentação pedagógica: observação, registros e avaliação.....	33

## DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA. APRENDIZAGEM NA INFÂNCIA.

### A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

O desenvolvimento humano se estabelece através da interação do indivíduo com o ambiente físico e social. Se caracteriza pelo desenvolvimento mental e pelo crescimento orgânico.

O desenvolvimento mental se constrói continuamente e se constitui pelo aparecimento gradativo de estruturas mentais. As estruturas mentais são formas de organização da atividade mental que vão se aperfeiçoando e se solidificando, até o momento em que todas elas, estando plenamente desenvolvidas, caracterizarão um estado de equilíbrio superior em relação à inteligência, à vida afetiva e às relações sociais. Algumas estruturas mentais podem permanecer ao longo de toda a vida, como, por exemplo: a motivação.

Outras estruturas são substituídas a cada nova fase da vida do indivíduo. A obediência da criança é substituída pela autonomia moral do adolescente. A relação da criança com os objetos que, se dá primeiro apenas de forma concreta se transforma na capacidade de abstração.

Esta área de conhecimento da psicologia estuda o desenvolvimento do ser humano em todos os seus aspectos: físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social – desde o nascimento até a idade adulta.

O desenvolvimento do conhecimento é um processo espontâneo, ligado ao processo global da embriogênese. A embriogênese diz respeito ao desenvolvimento do corpo, mas também ao desenvolvimento do sistema nervoso e ao desenvolvimento das funções mentais.

No caso do desenvolvimento do conhecimento nas crianças, a embriogênese só termina na vida adulta. É um processo de desenvolvimento total que devemos re-situar no contexto geral biológico e psicológico. Em outras palavras, o desenvolvimento é um processo que se relaciona com a totalidade de estruturas do conhecimento.

A aprendizagem apresenta o caso oposto. Em geral, a aprendizagem é provocada por situações, provocada por um experimentador psicológico; ou por um professor, com referência a algum ponto didático; ou por uma situação externa. Ela é provocada, em geral, como oposta ao que é espontâneo. Além disso, é um processo limitado a um problema simples ou uma estrutura simples.

Para alguns psicólogos o desenvolvimento é reduzido a uma série de itens específicos aprendidos, e então o desenvolvimento seria a soma, a acumulação dessa série de itens específicos.

Cada fase do desenvolvimento humano: pré-natal, infância, adolescência, maturidade e senescência; apresentam características que as identificam e permitem o seu reconhecimento. O seu estudo possibilita uma melhor observação, compreensão e interpretação do

comportamento humano. Distinguindo como nascem e como se desenvolvem as funções psicológicas do ser humano para subsidiar a organização das condições para o seu desenvolvimento pleno. O desenvolvimento humano é determinado pela interação de vários fatores.

A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem é um campo da Psicologia que estuda o desenvolvimento físico-motor, afetivo-emocional, intelectual e social da infância até a vida adulta. Esta abordagem compreende, ainda, as mudanças comportamentais pelas quais passamos ao longo dos anos, e o entendimento das próprias origens.

Nosso desenvolvimento ocorre por meio do acúmulo contínuo de novos conhecimentos, de vivências práticas, ou é um caminho natural e inerente a tudo isso?

Estes são alguns dos questionamentos levantados pelos profissionais especializados nesta área. O acompanhamento das mudanças de comportamento que ocorrem ao longo de nosso processo evolutivo nos permite compreender melhor como nós somos em cada fase da vida.

Neste contexto, fica evidente a importância da Psicologia do Desenvolvimento Social como uma aliada para entender claramente como nos comportamos e lidamos com o nosso próprio processo de crescimento e amadurecimento físico, emocional e intelectual.

Estudar o desenvolvimento humano significa conhecer as características comuns de uma faixa etária. Planejar o que e como ensinar implica saber quem é o educando. Existem formas de perceber, compreender e se comportar diante do mundo, próprias de cada faixa etária.

#### 1. Fatores que influenciam o desenvolvimento humano

Hereditariedade – a carga genética estabelece o potencial do indivíduo, que pode ou não se desenvolver. A inteligência pode desenvolver-se de acordo com as condições do meio em que se encontra.

Crescimento orgânico – refere-se ao aspecto físico.

Maturação neurofisiológica – é o que torna possível determinado padrão de comportamento.

Meio – o conjunto de influências e estimulações ambientais altera os padrões de comportamento do indivíduo.

#### 2. Aspectos do desenvolvimento humano

Aspecto físico-motor - refere-se ao crescimento orgânico, à maturação neurofisiológica. Ex.: A criança que leva a chupeta à boca.

Aspecto intelectual – é a capacidade de pensamento, raciocínio. Ex.: A criança de 2 anos que usa um cabo de vassoura para puxar um brinquedo que está em baixo de um móvel.

Aspecto afetivo-emocional – é o modo particular de o indivíduo integrar as suas experiências. A sexualidade faz parte desse aspecto. Ex.: A vergonha que sentimos em algumas situações.

Aspecto social – é a maneira como o indivíduo reage diante das situações que envolvem outras pessoas. Ex.: Quando em um grupo há uma criança que permanece sozinha.



Não é possível encontrar um exemplo “puro”, porque todos estes aspectos relacionam-se permanentemente.

Piaget divide os períodos do desenvolvimento de acordo com o aparecimento de novas qualidades do pensamento.

Neste período, o que de mais importante acontece é o aparecimento da linguagem. Como decorrência do aparecimento da linguagem, o desenvolvimento do pensamento se acelera. A interação e a comunicação entre os indivíduos são as consequências mais evidentes da linguagem. Um dos mais relevantes é o respeito que a criança nutre pelos indivíduos que julga superiores a ela. Neste período, a maturação neurofisiológica completa-se, permitindo o desenvolvimento de novas habilidades, como a coordenação motora fina – pegar pequenos objetos com as pontas dos dedos, segurar o lápis corretamente e conseguir fazer os delicados movimentos exigidos pela escrita.

### 3. Período das operações concretas

- período Sensório-motor (0 a 2 anos);
- período Pré-operatório (2 a 7 anos);
- período das Operações concretas (7 a 11 ou 12 anos);
- período das Operações formais (11 ou 12 anos em diante).

### 4. Período Sensório-Motor: (recém-nascido e o lactente - 0 a 2 anos)

A característica central do primeiro período de desenvolvimento, denominado sensório-motor, é a inexistência de representações e ou imagens mentais dos objetos que entornam a criança. Nesse período o conhecimento se processa a partir de impressões que chegam ao organismo, via órgãos dos sentidos.

Nesse período de desenvolvimento o processo predominante será o da assimilação, que começa com os reflexos, ou seja, com as estruturas inatas, os quais possibilitam, ao recém-nascido, o estabelecimento dos primeiros contatos com os objetos que o cerca favorecendo-o as construções dos primeiros referências cognitivas que para o autor, nesse período apresentam-se um tanto pouco desenvolvidos.

### 5. Período pré-operatório (ou a primeira infância - 2 a 7 anos)

#### 5.1. Período da Representação, da Linguagem e da Socialização

O aspecto mais destacado desta fase do desenvolvimento é a capacidade de representação, ou a transformação de esquemas de ações em esquemas representativos. No decorrer deste período, a linguagem vai deixando de ser representativa para assumir configurações socialmente convencionais. Neste período do desenvolvimento, o egocentrismo se caracteriza por uma visão do real que tem por referência o próprio eu, ou seja, a criança nessa fase não concebe uma situação no mundo sem que não faça parte, desse modo, ela confunde-se com objetos e pessoas atribuindo-lhes seus próprios pensamentos.

### 6. Período das operações concretas (7 a 11 ou 12 anos)

Nessa fase do desenvolvimento, o processo de pensar da criança alcança a capacidade de operar mentalmente visto que não possuía em função de operar por representações. Para Cunha, embora consiga operar mentalmente, essas operações possuem um caráter concreto, ou seja, precisam realizar parte da tarefa empiricamente, ou com a presença e apoio de suportes de objetos e materiais concretos. O que marca esta fase do desenvolvimento, é a organização de esquemas visando à aquisição dos elementos conceituais, sendo, portanto, sua relação com o mundo muito mais mediada pelos elementos racionais e muito menos pela assimilação egocêntrica..

### 7. Período das operações formais (+ ou - 12 anos em diante)

Para Piaget, entre os 12 e 16 anos, o sujeito experiente a fase de desenvolvimento chamada de operações formais. A característica focal desta fase é a transformação dos esquemas cognitivos, operados concretamente em esquemas baseados na realidade imaginada.

A Psicologia do desenvolvimento surgiu como uma ferramenta essencial para a compreensão do comportamento humano, pois ela estuda o desenvolvimento do indivíduo e as mudanças que este sofre em todos os aspectos de sua vida, tanto no aspecto físico, como no intelectual, emocional e no social.

Serviu como base para a psicologia da educação, pois esta se utilizou dos conhecimentos propostos pela psicologia do desenvolvimento para melhorar o processo de ensino.

A psicologia do desenvolvimento identificou o comportamento humano em cada estágio da vida e possibilitou à psicologia da educação, de propor práticas pedagógicas que atentem para cada fase e possibilite um melhor aprendizado ao aluno, resultando consequentemente, na melhoria do processo educacional. Ambas as vertentes da psicologia, dão suporte ao professor para que este melhor desenvolva sua prática em sala de aula, visto que ele se torna conhecedor dos estágios de desenvolvimento que os alunos passam, então ele pode propor atividades que venham facilitar o processo de aprendizagem de seus alunos.

A teoria psicogenética de Piaget esteve mais voltada para a questão do desenvolvimento do que para a própria educação. Por isso ele não propôs um modelo de ensino e nem materiais pedagógicos, para que o professor pudesse aplicar em sala de aula, a fim de atingir o interesse de todos os alunos, entretanto, ele ofereceu esclarecimentos sobre o modo de pensar e racionar que o indivíduo apresenta em cada estágio da vida.

Piaget acredita que a capacidade de raciocínio não depende nem do ambiente nem de um fator hereditário. Segundo ele, a cada estágio completado, o indivíduo, adquire novas capacidades e constrói seu próprio conhecimento, a partir de suas descobertas, quando em contato com o mundo e com os objetos.

Então em sua teoria, ele afirma que o desenvolvimento se dá de dentro para fora, ou seja, o indivíduo já apresenta uma pré-disposição em só receber estímulos exteriores, como o conhecimento, se ele estiver maduro, preparado para recebê-lo.

Ex: Se você ensinar a uma criança de um ano, noções de matemática, ela não irá entender, porque a capacidade de raciocínio que ela detém, ainda é insuficiente para isso. Segundo, Piaget o processo de aprendizagem deve seguir o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Piaget defende que o professor não deve exercer o ato de ensinar, se limitando apenas a transmitir conteúdos, mas deve favorecer a atividade mental do aluno. Isto é, ele deve observar o aluno, identificar adequadamente o estágio de desenvolvimento que este se encontra, investigar quais os conhecimentos prévios que este apresenta, quais são seus interesses, para a partir daí, aplicar metodologias, que o estimule e possibilite-o de construir seus conhecimentos.

Vygotsky em sua teoria posiciona contrário à Piaget. Segundo ele, o desenvolvimento se dá de fora para dentro, isto é, o indivíduo só se desenvolve porque aprende, e nesse processo de aprendizagem o meio em que o indivíduo está inserido atua influenciando diretamente no desenvolvimento deste. Para Vygotsky, todo aprendizado é necessariamente mediado, ou seja, se dá devido uma interação, entre o indivíduo e o meio social, com um ser mediando esta relação.

Ex: Uma criança pode nascer com condições fisiológicas para falar, mas para desenvolver a fala precisa aprender com os outros.

Vygotsky defende que o professor deve atuar como mediador entre o aluno, os conhecimentos que este aluno possui e o mundo. Então é através da interação entre aluno-professor e aluno-aluno, (mediadores mais experientes) que o indivíduo adquire a capacidade de desenvolver algo, que sozinho não conseguia. É um processo interacional de cooperação, que resulta em um bem maior. É o que Vygotsky defende que é possível desenvolver muito mais habilidades no coletivo do que no individual.

Henri Wallon não despreza as teorias de Piaget e Vygotsky. Segundo ele o desenvolvimento se dá tanto de dentro para fora (condições de amadurecimento) quanto de fora para dentro (condições do meio).

Para Wallon, a ação do professor não pode ficar limitada aos livros, ela deve abranger às atividades práticas - jogos e dinâmicas - que desenvolvam não só os aspectos físicos como também os psicológicos.

É certo que na atualidade muitos educadores, tanto dentro quanto fora das salas de aula, desconhecem a importância do fator psicológico na aprendizagem. Eles cometem graves erros quando desassociam aprendizagem e desenvolvimento: Ex:

Eles não levam em conta em que estágio o aluno está, tomam um critério de desenvolvimento como algo imutável, deduzindo que todos os alunos devem atingir determinado patamar ao mesmo tempo, ou com a mesma idade, esquecendo que isso é relativo e muda de pessoa para pessoa.

Não usam o lúdico (jogos, atividades práticas).

Agem como donos do saber, educação autoritária pautada apenas na transmissão de conteúdos.

Então é essencial que o professor tenha a base teórica de sua disciplina, entretanto não deve se restringir a isto, ele deve utilizar-se dos conhecimentos psicológicos para identificar a especificidade de cada aluno, a fim de desenvolver metodologia as de ensino que beneficiem a todos.

Aprendizagem é um processo inseparável do ser humano e ocorre quando há uma modificação no comportamento, mediante a experiência ou a prática, que não podem ser atribuídas à maturação, lesões ou alterações fisiológicas do organismo.

Do ponto de vista funcional é a modificação sistemática do comportamento em caso de repetição da mesma situação estimulante ou na dependência da experiência anterior com dada situação.

De acordo com as proposições das teorias gestaltistas é um processo perceptivo, em que se dá uma mudança na estrutura cognitiva. Para que haja a aprendizagem são necessárias determinadas condições:

- Fatores Fisiológicos - maturação dos órgãos dos sentidos, do sistema nervoso central, dos músculos, glândulas etc.;
- Fatores Psicológicos - motivação adequada, auto-conceito positivo, confiança em sua capacidade de aprender, ausência de conflitos emocionais perturbadores etc.;
- Experiências Anteriores - qualquer aprendizagem depende de informações, habilidades e conceitos aprendidos anteriormente.

## 8. Características do processo de aprendizagem

- Processo dinâmico - A aprendizagem é um processo que depende de intensa atividade do indivíduo em seus aspectos físico, emocional, intelectual e social. A aprendizagem só acontece através da atividade, tanto externa física, como também, de atividade interna do indivíduo envolve a sua participação global.
- Processo contínuo - Todas as ações do indivíduo, desde o início da infância, já fazem parte do processo de aprendizagem. O sugar o seio materno é o primeiro problema de aprendizagem: terá que coordenar movimentos de sucção, deglutição e respiração. Os diferentes aspectos do processo primário de socialização na família, impõem, desde cedo, a criança numerosas e complexas adaptações a diferentes situações de aprendizagem. Na idade escolar, na adolescência, na idade adulta e até em idade mais avançada, a aprendizagem está sempre presente.
- Processo global - Todo comportamento humano é global; inclui sempre aspectos motores, emocionais e mentais, como produtos da aprendizagem. O envolvimento para mudança de comportamento, terá que exigir a participação global do indivíduo para uma busca constante de equilíbrio nas situações problemáticas que lhe são apresentadas.
- Processo pessoal - A aprendizagem é um processo que acontece de forma singular e individualizada, portanto é pessoal e intransferível, quer dizer ela não pode passar de um indivíduo para outro e ninguém pode aprender que não seja por si mesmo.

- Processo gradativo - A aprendizagem sempre acontece através de situações cada vez mais complexas. Em cada nova situação um maior número de elementos serão envolvidos. Cada nova aprendizagem acresce novos elementos à experiência anterior, sem idas e vindas, mas em uma série gradativa e ascendente.
- Processo cumulativo - A aprendizagem resulta sempre das experiências vividas pelo indivíduo que servem como patamar para novas aprendizagens. Ninguém aprende senão, por si e em si mesmo, pela auto modificação. Desta maneira, a aprendizagem constitui um processo cumulativo, em que a experiência atual aproveita-se das experiências anteriores.

As características específicas do ser humano: a fala, a noção de tempo, a cultura e a capacidade de abstração, confere uma qualidade única ao estudo do seu comportamento. Ainda mais significativo o homem, em seu processo de percepção, pode observar-se simultaneamente como sujeito e objeto, como o conhecedor e como o que deve ser conhecido. Enquanto nos animais inferiores muitos dos comportamentos são supostamente instintivos, a criança, molda os seus múltiplos padrões de comportamento. O período relativamente de dependência da criança, em relação ao adulto, que se segue à necessidade total de ajuda logo após o nascimento, contribui para que ele adquira a cultura de seu grupo. Utilizando seu potencial intelectual relativamente alto e sua capacidade de se comunicar através da linguagem falada e de outros símbolos, os membros de cada geração constroem sobre as realizações das gerações anteriores.

A cultura de uma sociedade é o resultado de muitas gerações de aprendizagem cumulativa.

O homem compartilha com outros mamíferos alguns impulsos orgânicos primários como a fome, a sede, o sexo, a necessidade de oxigênio, de calor moderado e de repouso e, possivelmente, umas poucas aversões primárias tais como medo, raiva.

A primeira manifestação de tais impulsos e aversões é um processo de maturação. No entanto, o ser humano parece transcender de alguma forma tais impulsos e aversões hereditários. Parece não haver grupo de seres humanos que não tenha desenvolvido, através da aprendizagem, alguns instrumentos para enriquecer seus contatos com o mundo que o cerca.

Os animais parecem encontrar satisfação no uso de qualquer das capacidades que possuem. Da mesma maneira, o homem encontra satisfação no uso de suas capacidades e habilidades.

É fundamental para se concluir como esta transcorrendo a aprendizagem a observação do comportamento do indivíduo. O desempenho pode ser considerado como o comportamento observável do indivíduo.

Destarte, a aprendizagem não pode ser observada diretamente; só pode ser inferida do comportamento ou do desempenho de uma pessoa. Para tanto devem ser observadas determinadas características do desempenho que servirão como indicadores do desenvolvimento da aprendizagem ou da aquisição de uma habilidade.

A característica principal é quando o desempenho da habilidade melhorou, durante um período de tempo no qual houve a prática. A pessoa sendo assim mais capaz de desempenhar a habilidade do que era anteriormente.

Daniel Goleman, psicólogo PhD de Harvard, é o autor de Inteligência Emocional. Afirma que temos dois tipos de inteligências distintas. A tradicional que pode ser medida através de testes de QI e a inteligência emocional QE. Afirma que o sucesso se dá : 20% devido ao QI e 80 % devido ao QE.

## 9. Inteligência Emocional é:

- 1) AUTO CONHECIMENTO - capacidade de reconhecer os próprios sentimentos usando os para tomar decisões que resultem em satisfação pessoal. Quem não entende seus sentimentos está à mercê deles. Quem entende pilota melhor sua vida. Faz opções acertadas sobre com quem casar ou que emprego aceitar.
- 2) ADMINISTRAÇÃO DAS EMOÇÕES - habilidade de controlar impulsos, dispersar a ansiedade ou direcionar a raiva à pessoa certa, na medida certa e na hora certa.
- 3) AUTOMOTIVAÇÃO - habilidade de persistir e se manter otimista mesmo diante de problemas.
- 4) EMPATIA - habilidade de se colocar no lugar do outro, de entender o outro e de perceber sentimentos não-verbalizados num grupo.
- 5) ARTE DO RELACIONAMENTO - capacidade de lidar com as reações emocionais dos outros, interagindo com tato.

Já a Teoria das Inteligências Múltiplas elaborada pelo psicólogo Howard Gardner, acompanha o desempenho de pessoas que haviam sido alunos fracos, Gardner se surpreendeu com o sucesso obtido por vários deles. O pesquisador passou então a questionar a avaliação escolar, cujos critérios não incluem a análise de capacidades que são importantes na vida das pessoas. Concluiu que as formas convencionais de avaliação apenas traduzem a concepção de inteligência vigente na escola, limitada à valorização da competência lógico-matemática e da linguística.

A Teoria das Inteligências Múltiplas sustenta que cada indivíduo possui diversos tipos de inteligência, o que chamamos em linguagem comum de dom, competência ou habilidade. Gardner demonstrou que as demais faculdades também são produto de processos mentais e não há motivos para diferenciá-las. Assim, segundo "uma visão pluralista da mente", ampliou o conceito de inteligência única para o de um feixe de capacidades. Para ele "inteligência é a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos valorizados em um ambiente cultural ou comunitário".

## 10. Identificou oito tipos de inteligência, mas não considera esse número definitivo.

- 1 - LÓGICO-MATEMÁTICA - habilidade para o raciocínio dedutivo, para a compreensão de cadeia de raciocínios, além da capacidade para solucionar problemas envolvendo números e demais elemen-